

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

1.1 O presente PROJETO BÁSICO tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia, na modalidade Tomada de Preço, para **OBRA DA SEDE DO OBSERVATÓRIO NACIONAL DE ENSINO HÍBRIDO DO NÚCLEO DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIAS SOCIAIS (NEES)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

ITEM	OBJETO	VALOR GLOBAL MÁXIMO
01	OBRA DA SEDE DO OBSERVATÓRIO NACIONAL DE ENSINO HÍBRIDO DO NÚCLEO DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIAS SOCIAIS (NEES)	R\$ 2.843.234,11

1.2 O objeto da licitação tem natureza de obra.

1.3 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são discriminados no anexo do Projeto Básico.

1.4 O contrato terá vigência pelo período de 21 (vinte e um) meses corridos.

1.5 O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 O objetivo geral do presente Projeto básico é a descrição e especificação, objetiva e clara da construção da **OBRA DA SEDE DO OBSERVATÓRIO NACIONAL DE ENSINO HÍBRIDO DO NÚCLEO DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIAS SOCIAIS (NEES)**, conforme as características e especificações descritas neste Projeto Básico e demais documentos anexos. A construção visa reestruturar e criar novo espaço físico de forma a acomodar os alunos, servidores e profissionais que estão vinculados aos projetos de pesquisa, extensão, ensino, desenvolvimento e/ou inovação executados no âmbito do **NEES** proporcionando melhores condições de trabalho e ambiência com conforto e segurança.

2.2 Vinculado ao Instituto de Computação (IC) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), o **NÚCLEO DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIAS SOCIAIS (NEES)** é formado por centenas de especialistas de diversas áreas, que trabalham para gerar novos conhecimentos, elaborar estudos



e desenvolver soluções tecnológicas capazes de impactar positivamente todo o ecossistema educacional brasileiro.

2.3 O NEES nasceu em 2011, quando os professores e pesquisadores Ig Ibert Bittencourt e Alan Pedro da Silva criaram um núcleo de pesquisa vinculado ao Instituto de Computação (IC) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Com foco na inovação social e no potencial transformador da informática aplicada à educação, o NEES atua em quatro principais pilares, conforme figura 01, abaixo:



Figura 01 – Pilares do NEES

Fonte: <https://www.nees.ufal.br> (2023)

2.4 O Observatório Nacional do Ensino Híbrido, objeto dessa licitação, faz parte de uma das linhas de pesquisas em andamento no **NEES**, mais precisamente o projeto: Evasão e abandono escolar: empregando a tecnologia para prever o futuro e agir no presente. Considerando os impactos da pandemia do coronavírus na educação, diversos países têm enfrentado um aumento no abandono e na evasão escolar. No Brasil, por exemplo, o número de crianças e adolescentes fora da escola aumentou 171% durante a pandemia, de acordo com levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O abandono acontece quando o estudante deixa de frequentar a escola antes do término do ano letivo, sem requerer formalmente a sua transferência para outra instituição de ensino. Já a evasão ocorre quando não é efetuada a matrícula para dar continuidade aos estudos no próximo ano letivo.

2.5 A proposta do projeto do **NEES** é empregar ferramentas matemáticas e computacionais para prever o futuro e possibilitar que os gestores educacionais atuem no presente a fim de evitar que

os estudantes desistam de ir à escola. A partir da coleta de uma série de dados — fruto de questionários preenchidos por alunos e gestores mais dados educacionais provenientes de diversas fontes —, a ideia do projeto é criar uma solução para analisá-los e, por meio da utilização de modelos matemáticos preditivos, calcular o risco de evasão e de abandono. Com esse sistema, será possível acompanhar e encaminhar ações personalizadas para os estudantes que apresentarem maior risco. Vale ressaltar que o projeto faz parte do escopo das ações previstas pela Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica. Publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 24 de maio de 2022, a política tem como objetivo implementar estratégias, programas e ações para a recuperação das aprendizagens e o enfrentamento da evasão e do abandono escolar na educação básica.

2.6 A Rede de Inovação para Educação Híbrida: essa rede visa promover e implementar estratégias de educação híbrida em todos os estados brasileiros. Esse é o objetivo da Rede de Inovação para Educação Híbrida, projeto que está sendo desenvolvido pelo Núcleo de Excelência em Tecnologias Sociais (**NEES**) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em parceria com o Ministério da Educação (MEC). A meta é integrar o Ministério e as secretarias de educação dos estados brasileiros, multiplicando as oportunidades de aprendizado.

2.7 Entre as muitas possíveis definições para a educação híbrida, os especialistas do **NEES** ressaltam que ela pode ser compreendida como a integração entre a educação não presencial, ou seja, mediada por tecnologias de informação e comunicação, e a educação presencial, face a face. A modalidade em muito se difere do chamado ensino emergencial remoto, que foi adotado em todo o mundo quando a pandemia de covid-19 obrigou as instituições de ensino a paralisarem as atividades presenciais. No caso da educação híbrida, o que se almeja obter é uma combinação ótima entre estratégias pedagógicas presenciais e não presenciais, possibilitando que o desenvolvimento educacional possa ocorrer em diferentes espaços e tempos.

2.8 Para alcançar esse objetivo, é fundamental ter à disposição uma adequada infraestrutura, consolidar e compartilhar boas experiências, além de qualificar recursos humanos em todo o país. Estão previstas ações em várias frentes, que resultarão na criação de:

2.8.1 52 Núcleos de Inovação para Educação Híbrida, que serão instalados futuramente em todas as regiões do Brasil;

2.8.2 Um ambiente virtual de aprendizagem sob medida para os estudantes que estão matriculados no ensino médio;



2.8.3 Repositório de recursos educacionais tais como vídeos, textos, áudios, imagens, animações, planos de aula e outros materiais pedagógicos.

2.9 Observatório da Educação Híbrida (objeto deste edital) , espaço destinado a monitorar e avaliar o funcionamento da Rede, acompanhando seu desempenho e a evolução, além de propor melhorias e inovações para aprimorar a educação híbrida e o ensino médio no país. Assim, torna-se necessária a imediata construção da **OBRA DA SEDE DO OBSERVATÓRIO NACIONAL DE ENSINO HÍBRIDO DO NÚCLEO DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIAS SOCIAIS (NEES)**, de forma a garantir as adequações necessárias para o funcionamento, monitoramento e execução das ações da Rede de Inovação para Educação Híbrida. O projeto executivo levou em consideração os critérios de sustentabilidade, economicidade e acessibilidade, incluídas nas planilhas de custos.

2.6 O critério de julgamento por se tratar de uma obra nova será o menor preço global.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO – DETALHAMENTO ESPECÍFICO

3.1 As especificações do objeto são os mencionados nos cadernos de especificações, anexos projeto arquitetônico e projetos complementares e projeto conceitual de estrutura, sondagens e topografia que servirão de base técnica para a aquisição dos galpões.

3.2 O licitante deverá apresentar uma declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o cumprimento do contrato.

4 ESTRATÉGIA DE CONTRATAÇÃO

4.1 A licitação deverá ser processada na modalidade TOMADA DE PREÇO, na forma presencial, tipo MENOR PREÇO, sob a forma de execução indireta, NO REGIME DE EXECUÇÃO POR PREÇO UNITÁRIO.

4.1.1 A adoção da modalidade Tomada de Preços é justificada pelo exposto no art. 1 do Decreto nº 9.412, de junho de 2018 que atualizou os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da lei 8.666/93:

I - Para obras e serviços de engenharia:

- a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);
- b) na modalidade tomada de preço - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais);



c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais).

5 DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 A Proposta Comercial deverá ser, preferencialmente, digitada ou impressa, em língua portuguesa, e entregue sem rasuras, ressalvas, emendas ou entrelinhas. Suas folhas devem estar rubricadas e a última assinada pelo seu representante legal, devendo constar:

- a)** Razão social completa da licitante e número de inscrição no CNPJ/MF, que serão os mesmos constantes da documentação de habilitação e das faturas apresentadas por ocasião dos pagamentos, caso seja vencedora do certame;
- b)** Preço global para a execução da obra, indicado em moeda corrente nacional, até duas casas decimais, expresso em algarismos e por extenso, devendo estar inclusas todas as despesas concernentes à mão de obra, material, tributos, encargos sociais, BDI, serviços de terceiros, obrigações trabalhistas e previdenciárias, transporte, alimentação, ferramentas, equipamentos, maquinarias, seguros, licenças, ligações provisórias e demais despesas que se façam necessárias à execução completa do objeto ora licitado;
- c)** Planilha Orçamentária. O proponente apresentará, na sua proposta, planilha de preços conforme Anexo III deste Edital, adotando inclusive as mesmas unidades, quantidades, moeda e sistematização de itens e subitens. A apresentação da planilha de preços em desconformidade com o disposto nesta alínea e no Anexo I do Projeto Básico implicará na obrigatoriedade de ajustes, negado o ajuste pelo proponente a proposta será desclassificada.
- d)** Composições de preços unitários que comprovem, item a item, a formação dos preços constantes na planilha de preços apresentada, conforme Anexo I do Projeto Básico. Em hipótese nenhuma serão aceitas composições de preços unitários que manipulem qualitativamente as especificações apresentadas pela FUNDEPES, mesmo não sendo motivo de desclassificação;
- e)** Composição detalhada da taxa de BDI em forma de percentual, conforme o modelo constante do Anexo IV deste Edital;
- f)** Composição detalhada de encargos sociais;
- g)** Prazo de execução do objeto ora licitado de, no máximo, 15 (quinze) meses corridos, a contar da data discriminada como início na Ordem de Serviço emitida pela FUNDEPES;
- i)** Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data prevista para a entrega das propostas, conforme artigo 64, § 3º, da Lei n.º 8.666/93.
- j)** Cronograma físico-financeiro de execução conforme modelo no Anexo V, deste Edital;
- k)** Todas as planilhas deverão ser entregues também em arquivo digital no formato .XLS (EXCEL), em CD-R/Pen-drive para fins de agilizar as análises pela Comissão e a Unidade técnica demandante da área requisitante;



5.2 A proposta da licitante deverá seguir rigorosamente os quantitativos estimados pela FUNDEPES não sendo aceitas as propostas com quantitativos a maior ou a menor do que os constantes na Planilha Orçamentária (Anexo III deste Edital).

5.3 No custo unitário de cada composição, deverão ser considerados: custos de materiais, custos de mão de obra, custos de encargos trabalhistas, encargos sociais, custos com locação/depreciação de equipamentos, custos com horas improdutivas de equipamentos, entre outros custos diretos envolvidos na produção de uma unidade da composição.

5.4 Na proposta da licitante, incluindo orçamento sintético detalhado (planilha) e cronograma físico financeiro, somente serão aceitos valores em moeda nacional (Real - R\$), em algarismos arábicos, desprezando-se qualquer valor além dos centavos.

5.5 Em caso de divergência entre a planilha de orçamento impressa e o arquivo digital entregues pela licitante, prevalecerá o constante na planilha impressa.

5.6 Os gastos com impostos, taxas, lucro, despesas financeiras, administração central, riscos, diárias, deslocamentos, alimentação, e quaisquer outros custos indiretos, não detalhados nas composições de custos, deverão ser incluídos na parcela de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI).

5.7 A licitante deverá apresentar, em sua proposta, o detalhamento do BDI, conforme consta no modelo para preenchimento. Não será admitido detalhamento com parcelas diversas das que constam no modelo, nem com fórmula diferente da apresentada no modelo.

5.7.1 Caso a licitante apresente detalhamento com parcelas diversas das que constam no modelo e/ou com fórmula diferente da apresentada no modelo, a proposta deverá ser corrigida, calculando-se o respectivo BDI com as parcelas e fórmula corretas.

5.8 As empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional devem apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006. A composição de encargos sociais não deve incluir os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (SESI, SENAI, SEBRAE, etc.), conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

5.8.1 Caso os percentuais referentes a tributos estejam alterados sem a respectiva justificativa para tal, a proposta deverá ser corrigida, calculando-se o BDI da proposta com o percentual correto.



- 5.9** Os custos e preços apresentados pela licitante serão de total responsabilidade da mesma, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração após sua apresentação, seja para mais ou para menos.
- 5.10** Caso o preço total de cada item apresente inconsistência em relação ao quantitativo do item multiplicado pelo respectivo preço unitário, prevalecerá este último e a proposta deverá ser corrigida, calculando-se o valor total correto do item, que implicará em alteração no valor global da proposta.
- 5.11** A licitante somente poderá apresentar uma proposta (sem opções), sob pena de ser desclassificada.
- 5.12** Caso haja omissão dos dados da empresa licitante, referente aos prazos de garantia dos serviços e da validade da proposta, mencionadas nas alíneas acima, serão considerados os prazos estipulados neste Projeto Básico.
- 5.13** Os preços unitários deverão ser expressos em R\$ (reais), com duas casas decimais. O preço total da proposta deverá ser expresso tanto em algarismos como por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência.
- 5.14** As licitantes deverão, para fins de elaboração das propostas, verificar e comparar todas as plantas fornecidas para execução da obra, sendo-lhes obrigado a realizar a vistoria técnica do terreno da obra. No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem como, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à licitante formular imediata comunicação escrita à Comissão de Licitação, no prazo de até 5 (cinco) dias anteriores à data de entrega dos Documentos de Habilitação e das Propostas de Preços, que solicitará esclarecimento por parte da Equipe Técnica, responsável pelos Projetos.
- 5.15** Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 5.15.1** Análise do preço de modo que o valor global da obra fique no igual ou abaixo do preço de referência global da UFAL: **R\$ 2.843.234,11 (Dois milhões, oitocentos e quarenta e três mil, duzentos e trinta e quatro reais e onze centavos).**
- 5.15.2** Análise dos valores unitários de modo que fiquem iguais ou abaixo dos valores de referência da UFAL, conforme planilha de composição de preços em anexo.
- 5.15.3** O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 5.15.4** As regras de desempate entre propostas são discriminadas no edital.
- 5.16** A elaboração da proposta é de inteira responsabilidade da licitante, não lhe cabendo desistência ultrapassada a fase de habilitação, segundo os termos do artigo 43, § 6º, da Lei n.º 8.666/93.



5.17 Após a análise das propostas, serão desclassificadas, com fundamento no artigo 48, incisos I e II da Lei nº. 8.666/1993, aquelas que:

- a)** apresentarem valor global superior ao estimado para a contratação;
- b)** apresentarem custos unitários (excluído o BDI) que ultrapassem os constantes na planilha orçamentária elaborada pela FUNDEPES.
- c)** apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexecutabilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

5.17.1 Caso a licitante apresente sua proposta superior ao estimado pela FUNDEPES ou preços unitários que ultrapassem o definido na alínea 'b' deste item, ela poderá, após diligência, ajustá-lo ao estabelecido. O não atendimento da diligência no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo importará na desclassificação da proposta.

5.17.2 Na formação do preço das propostas dos licitantes, poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles obtidos a partir dos sistemas de custos de referência previstos na planilha orçamentária de referência, desde que o preço orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro da proposta fiquem iguais ou abaixo aos valores de referência da administração pública

5.18 Em nenhuma hipótese o conteúdo da PROPOSTA DE PREÇOS poderá ser modificado, ressalvadas as mudanças destinadas a sanar erros e/ou falhas formais que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia, pela Comissão Permanente de Licitação.

5.18.1 Erros no preenchimento da planilha não é motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

5.19 A falta de data, assinatura e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à sessão pública, e com poderes para esse fim. Não havendo nenhum representante legal credenciado o saneamento previsto ficará prejudicado

5.20 Não será aceita reclamação posterior relativamente às propostas, sem que tenha sido devidamente registrada em ata, salvo se prevista em lei.



5.21 Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

6 VISTORIA

- 6.1** As empresas proponentes deverão realizar vistoria nas instalações dos locais onde os serviços serão executados, acompanhado por funcionário designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8:00h às 12:00h. Devendo o agendamento ou dúvidas ser efetuado previamente pelo e-mail: dilson.ferreira@fau.ufal.br (Coordenação de Projetos e Obras do NEES), das 8:00h às 12:00h.
- 6.2** O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o último dia útil anterior à data prevista para abertura da licitação.
- 6.3** Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.
- 6.4** A licitante receberá documento comprobatório de realização da vistoria o qual deverá ser apresentado como requisito de qualificação técnica.

7 HABILITAÇÃO

7.1 Para comprovação da habilitação serão exigidos, além dos elencados no item 7 do Edital, os seguintes documentos:

7.1.1 Habilitação Jurídica:

- a)** Registro comercial, no caso de empresário individual;
- b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
- b.1)** A comprovação do Ato Constitutivo em vigor poderá ser feita mediante apresentação do Contrato Social ou o Estatuto acompanhado de todas as alterações posteriores, se houver, ou pelo Contrato Consolidado contemplando as alterações posteriores, se houver;
- c)** Ato constitutivo/contrato social, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
- c.1)** Certidão expedida por Órgão de Registro Público comprovando inscrição do ato constitutivo, em caso de sociedades simples;



- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2 Regularidade fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição nas fazendas federal, estadual e municipal;
- b) Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débito relativa a tributos federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.
- c) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação da Certidão de Regularidade Fiscal (CRF), ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.
- d) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em cumprimento ao disposto na Lei 12.440/2011.

7.1.3 Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede da Empresa, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida com até 30 dias contados da data da sua apresentação.

7.1.4 Relativos à Qualificação Técnica:

7.1.4.1 Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

7.1.4.2 Atestado de visita comprovando que a empresa licitante visitou e conhece as condições locais para execução do objeto e tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, sendo facultativo.

7.1.4.3 Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de no máximo 02 (dois) atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.

7.1.4.3.1 Ao quantitativos mínimos, considerados satisfatórios pela Coordenação de Projetos e Obra do NEES, são de 50% (cinquenta por cento), dos itens de maior relevância, atividade pertinente e compatível e serviços com características semelhantes, de acordo com o objeto



licitado, abaixo discriminados, em consonância com a Sumula 263 do TCU e Acórdão 2.462/2007 e artigo Art. 30, II da Lei 8666/93 sendo estes considerados suficientes para assegurar a execução dos serviços contratados, sem restringir o número de participantes do certame.

ATESTADOS DE SERVIÇOS CIVIS/ESTRUTURA/ARQUITETURA	
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DA PROPONENTE	QUANTIDADE MÁXIMA DE ATESTADOS
ATESTADO(S) DE EXECUÇÃO: Terraplenagem, Geometria e Arruamentos, Estacionamento de Edifício Público e/ou Privado de característica similar (galpões, instalações industriais, mercado, supermercados, centro de convenções e congêneres) com área superior ou igual a 1.300,00 m ² .	2,0 (dois) atestados
ATESTADO(S) DE EXECUÇÃO: Estrutura de Galpões em Pórticos Pré-Moldados de Concreto Armado com: vão mínimo de 15,00 m, montada com telhado, rufos e calhas, paredes em bloco de concreto ou similar, lajes e/ou mezaninos e fundações.	2,0 (dois) atestados
ATESTADO(S) DE EXECUÇÃO: Piso industrial de alta resistência em concreto armado com área superior ou igual a 456,00 m ² .	2,0 (dois) atestados
ATESTADO(S) DE EXECUÇÃO: Pavimentação em bloco intertravado de concreto, ou paralelepípedo, ou pavimento flexível em asfalto com área superior ou igual a 500,00 m ²	2,0 (dois) atestados
ATESTADO(S) DE EXECUÇÃO: fachadas em estrutura metálica com revestimento de Alumínio e esquadrias do tipo pele de vidro laminado (structural glazing) com área superior ou igual a 50,00 m ² .	2,0 (dois) atestados

ATESTADOS DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DA PROPONENTE	QUANTIDADE MÁXIMA DE ATESTADOS
ATESTADO(S) DE EXECUÇÃO: <u>Instalações Elétricas – Alta/Média/Baixa Tensão</u> de Edifício Público e/ou Privado de característica similar (galpões, instalações industriais, mercado, supermercados, centro de convenções e congêneres) com área superior ou igual a 465,00 m².	2,0 (dois) atestados
ATESTADO(S) DE EXECUÇÃO: <u>Instalações Elétricas - Iluminação de Segurança, Posteamentos/Jardins e Iluminação Cênica</u> de Edifício Público e/ou Privado de característica similar (galpões, instalações industriais, mercado, supermercados, centro de convenções e congêneres) com área superior ou igual a 465,00 m².	2,0 (dois) atestados
ATESTADO(S) DE EXECUÇÃO: SPDA - <u>Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas</u> de Edifício Público e/ou Privado de característica similar (galpões, instalações industriais, mercado, supermercados, centro de convenções e congêneres) com área superior ou igual a 465,00 m².	2,0 (dois) atestados
ATESTADO(S) DE EXECUÇÃO: <u>Rede de Cabeamento Estruturado</u> , Dados /Lógica, Telefonia/Som de Edifício Público e/ou Privado de característica similar (galpões, instalações industriais, mercado, supermercados, centro de convenções e congêneres) com área superior ou igual a 465,00 m².	2,0 (dois) atestados

ATESTADOS DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS	
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DA PROPONENTE	QUANTIDADE MÁXIMA DE ATESTADOS
ATESTADO DE EXECUÇÃO: <u>Drenagem de Águas Pluviais</u> (Condensadores - Ar Condicionado, Coberturas, Jardins, Lajes, Estacionamentos) de Edifício Público e/ou Privado de característica similar (galpões, instalações industriais, mercado, supermercados, centro de convenções e congêneres) com área superior ou igual a 465,00 m ² .	2,0 (dois) atestados
ATESTADO DE EXECUÇÃO: Instalações Hidráulicas – <u>esgotamento Sanitário até a Rede Coletora</u> de Edifício Público e/ou Privado de característica similar (galpões, instalações industriais, mercado, supermercados, centro de convenções e congêneres) com área superior ou igual a 465,00 m ² .	2,0 (dois) atestados
ATESTADO DE EXECUÇÃO: Rede de Instalações Hidráulicas - <u>Abastecimento de água fria</u> de Edifício Público e/ou Privado de característica similar (galpões, instalações industriais, mercado, supermercados, centro de convenções e congêneres) com área superior ou igual a 465,00 m ² .	2,0 (dois) atestados

7.1.4.4 Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

7.1.4.4.1 Descrição das características técnicas das obras ou serviços atestados em consonância com o objeto deste do edital;

7.1.4.4.2 Indique sua data de emissão, mencione o documento de responsabilidade técnica expedido em razão das obras ou serviços executados (Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT).



7.1.4.5 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de no máximo 02 (dois) diferentes atestados de cada serviço, podendo terem sido executados de forma concomitante;

7.1.5 Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA e/ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DA EQUIPE RESPONSÁVEL
ATESTADO(S) DE COORDENAÇÃO e/ou GERENCIAMENTO DE OBRAS do Responsável Técnico pela Coordenação Geral da Execução das Obras (Engenheiro/Arquiteto), relativo a Edifício Público e/ou Privado de característica similar (galpões, instalações industriais, mercado, supermercados, centro de convenções e congêneres).
ATESTADO(S) DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS CIVIS, do Responsável Técnico pela execução das Obras Civis (Engenheiro/Arquiteto), relativo a Edifício Público e/ou Privado de característica similar (galpões, instalações industriais, mercado, supermercados, centro de convenções e congêneres).
ATESTADO(S) DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO do Responsável Técnico pela execução das Obras de Instalações Elétricas e/ou Redes (Tecnologia de Informação), relativo a Edifício Público e/ou Privado de característica similar (galpões, instalações industriais, mercado, supermercados, centro de convenções e congêneres).
ATESTADO(S) DE FISCALIZAÇÃO DE SEGURANÇA DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE do Responsável Técnico (Técnico ou Arquiteto/Engenheiro com formação em Segurança do Trabalho e Meio Ambiente) relativo a Edifício Público e/ou Privado de característica similar (galpões, instalações industriais, mercado, supermercados, centro de convenções e congêneres).

7.1.6 Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

7.1.6.1 A indicação do profissional como responsável técnico no documento expedido pela entidade profissional competente (CREA e/ou CAU) serve como comprovação de vínculo.

7.1.7 No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração e a capacidade técnica do substituto seja reavaliada dentro dos parâmetros previstos no edital, para a equipe técnica, ou seja, deve ser um profissional tecnicamente e comprovadamente equivalente.

7.1.8 No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, todos serão inabilitados.

7.1.9 As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras, serviços de engenharia ou de técnica. industrial.

7.1.10 Documentação Complementar:

- a)** Declaração de inexistência de fato impeditivo na habilitação, na forma do parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº. 8666/93, e de atendimento ao disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93.
- b)** Declaração, firmada pela licitante de que não possui em seu quadro funcional menores de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos catorze anos.
- c)** Planilha contendo os dados gerais da empresa, conforme modelo constante em anexo próprio do edital, para os efeitos administrativos necessários: lavratura do contrato, emissão de nota de empenho, pagamentos. A não entrega da planilha de dados na forma do anexo acima



mencionado não implicará a inabilitação da licitante do certame licitatório, devendo, a CPL fazer a solicitação e conceder prazo para sua apresentação.

d) Serão realizadas consultas nos portais de transparência do CNJ, TCU e CGU quanto a existência de fatos impeditivos de contratação da proponente, bem como dos seus sócios majoritários conforme determinação do TCU – Tribunal de Contas da União.

8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Executar os serviços conforme especificações deste Projeto básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto básico e em sua proposta;

8.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.4 A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;

8.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.6 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

8.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital OU Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;



4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

8.9 A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

8.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.11 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas nacionais de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

8.12 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.13 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.14 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

8.15 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.

8.16 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



8.17 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

8.18 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.19 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.20 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

8.21 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.22 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.23 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

8.24 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

8.25 Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

8.26 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;



8.27 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

8.28 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

8.29 Apresentar à Contratante, mensalmente, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

8.30 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

8.31 Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

8.32 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto básico;

8.33 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;

8.34 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

8.35 Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

8.36 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante; **8.37** Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

8.38 Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);



8.39 Obter junto aos órgãos competentes, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, como alvarás e licenças ambientais, na forma da legislação aplicável. Neste caso, fica a cargo da CONTRATANTE o fornecimento de projetos e estudos técnicos, que forem solicitados pelos órgão e concessionárias e que serão entregues a CONTRATADA.

8.40 Elaborar o Diário Semanal de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, programação semanal de serviços, histograma com o número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

8.41 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

8.42 Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

8.43 Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

8.44 Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

8.45 Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo



17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;

8.46 Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

8.47 Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

8.48 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

8.49 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

8.50 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

8.50.1. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

8.50.2. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

8.50.3. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados,



transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; **8.50.4.** Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

8.51 Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

8.52 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

8.53 Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

8.53.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

8.53.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

8.53.3 Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

8.54 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.



8.55 Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto básico e demais documentos anexos;

8.56 Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização da obra e dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licenças Ambientais etc.).

8.57 A contratada deverá requerer o Alvará de Construção junto ao órgão pertinente, em até 05 (cinco) dias após assinatura do contrato.

9 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.7. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação



prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário; **9.8.** Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.9. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

9.10. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.11. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato, inclusive projetos e estudos técnicos de projeto.

9.12. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento através de Relatório Diário de Obra (RDO);

9.13. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.14. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

9.15. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

9.16. Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

9.17. Atestar a programação semanal de obras, semanalmente apresentada pela CONTRATADA.

10 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 Os serviços serão acompanhados e fiscalizados por servidor especialmente designado pelo Gabinete da Reitoria (por portaria específica) e que faça parte da Coordenação de Projetos e Obras do NEES, que terá seu substituto legal, cabendo-lhes as atribuições e responsabilidades do artigo 67 da Lei nº. 8.666/93, os quais poderão ou não serem auxiliados, por empresa terceirizada, a ser contratada, ou por outro setor da universidade, caso o gestor designado solicite esse apoio.



10.2 Caberá ao Gestor do contrato acompanhar o fiel cumprimento das cláusulas do contrato, responsabilizando-se pela sua condução nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, dentre as quais destacamos:

10.2.1 Verificar a execução do objeto contratual, visando garantir a qualidade desejada;

10.2.2 Encaminhar as notas fiscais atestadas pelo Fiscal do Contrato (Coordenação de obras e projetos do NEES) para ao setor competente autorizar os pagamentos;

10.2.3 Anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;

10.2.4 Dar imediata ciência aos seus superiores e ao órgão de controle, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;

10.2.5 Adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato.

10.2.6 Certificar que os uniformes sejam entregues na forma, prazo, quantidade e qualidade contratados.

10.2.7 Aferir a configuração de custos não renováveis por ocasião da renovação dos contratos, bem como nas repactuações do contrato, promovendo os expurgos necessários, quando for o caso.

10.3 Caberá ao(s) Fiscal(is) do contrato auxiliar o gestor do contrato quanto à conferência técnica e operacional durante os fornecimentos e execução dos serviços.

10.3.1 Mensalmente o fiscal do contrato deverá emitir nota técnica devidamente circunstanciada contendo as informações relativas à prestação dos serviços contratados.

10.3.2 Conferir os fornecimentos, os serviços prestados e atestar as notas fiscais para envio ao Gestor do Contrato;

10.4 As decisões e providências que ultrapassem a competência da gestão e fiscalização deverão ser solicitadas pelo Gestor à autoridade competente, para a adoção das medidas que julgar necessárias.

10.5 A gestão e fiscalização serão exercidas pelo contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na



sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos. Ao contratante se reserva o direito de rejeitar a execução do objeto contratual prestado, se em desacordo com os termos do edital.

10.6 O prazo para pagamento será de até 10 (dez) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal contendo o detalhamento dos serviços executados.

11 DO PAGAMENTO

11.1 O prazo para pagamento será de até 10 (dez) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal contendo o detalhamento dos serviços executados, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da contratada, que constam abaixo: **a)** Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única;

- b)** Comprovante de recolhimento do FGTS (cópia devidamente autenticada em cartório ou acompanhada do original para autenticação pelo Fiscal);
- c)** Comprovante de recolhimento do INSS (cópia devidamente autenticada em cartório ou acompanhada do original para autenticação pelo Fiscal);
- d)** CND – Certidão Negativa de Débitos para com a Previdência Social expedida pela Receita Federal do Brasil;
- e)** CRS – Certificado de Regularidade de Situação do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- f)** Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, expedida pela Receita Federal do Brasil;
- g)** Certidão de Regularidade junto à Fazenda Estadual e Municipal;
- h)** CNDT- Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, expedida pela Justiça do Trabalho;

11.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos neste Termo;

11.3. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura, apresentada pela contratada com os serviços efetivamente prestados.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras.



Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

11.5. Antes do pagamento, a contratante verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da contratada no SICAF e/ou nos sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso e juntado ao processo de pagamento.

11.6. A não apresentação dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista não representam óbice para o pagamento das parcelas efetivamente executadas, contudo, em decorrência da não manutenção das condições de habilitação caracterizar-se-á o inadimplemento do contrato conforme estatuído no art. 55, inciso XIII da Lei Federal nº 8.666/93.

11.7. Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária e previdenciária previstas na legislação aplicável.

11.8. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

11.9. A contratante reterá as verbas futuras e realizará o depósito mensal em conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação conforme capítulo próprio deste projeto básico.

11.10. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente;

11.11. A contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada no respectivo contrato com a FUNDEPES.

12 DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

12.1 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ Onde:

EM = Encargos moratórios;



comunicacao@fundepes.br
www.fundepes.br



(82) 2122-5353
(82) 2122-5328



Rua Ministro Salgado Filho,
78 - Pitanguinha - Maceió/AL
CEP: 57052-140

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de atualização financeira = 0,000164384, assim apurado:

$$I = (TX/100)$$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

$$I = (6/100)$$

365

$$I = 0,000164384$$

12.2 A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, ocorrerá quando a contratada:

12.3 Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

12.4 Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13 DO REAJUSTE

13.1 Os preços pactuados poderão ser reajustados tomando-se por base a variação do INCC – Índice Nacional da Construção Civil, desde que seja completado o interstício de 12 meses contados do orçamento base utilizado pela Administração (Novembro de 2022. Base Orse/Sinapi).

14 DA GARANTIA

14.1 Será exigida a prestação de garantia pela contratada e sua respectiva comprovação, que deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data da assinatura do contrato, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante, no percentual de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, a qual deverá ter validade de no mínimo até 03 meses após o término da vigência contratual, nos moldes do art. 56 da Lei Federal nº 8.666/1993,



comunicacao@fundepes.br
www.fundepes.br



(82) 2122-5353
(82) 2122-5328



Rua Ministro Salgado Filho,
78 - Pitanguinha - Maceió/AL
CEP: 57052-140

combinado com o item 3 do Anexo VII-F da IN 05/2017, e só será liberada ante a comprovação de que a Empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

14.2 Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, ressalvado quando a contratada comprovar que os empregados serão realocados em outras atividades de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

14.3 A contratante poderá optar por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia; ou
- c) Fiança bancária.

14.3.1 No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado em agência da Caixa Econômica Federal;

14.3.2 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

14.3.3 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;

14.3.4 Caso opte-se pela modalidade seguro garantia, na apólice deverá constar expressamente que o seguro tem validade de pelo menos três meses após o vencimento do contrato, além de:

14.3.4.1 Cobertura de qualquer dano que a contratada ou seus agentes vierem a cometer contra o patrimônio da UFAL e de terceiros;

14.3.4.2 Cobertura para pagamento de todas as verbas rescisórias que a contratada não honrar com seus funcionários.

14.4 No caso de alteração do valor do contrato, a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições;

14.5 Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela contratante, para quaisquer das hipóteses permitidas em lei, inclusive para o pagamento de multas aplicadas pela



Administração contratante ou compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 10 dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada, admitida a retenção de valores devidos para fins de complementação da garantia;

14.6 Em caso de prorrogação contratual a garantia deverá ser renovada nos moldes do Art. 56 da Lei nº 8.666/93, observadas todas as regras deste Projeto básico.

14.7 A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa contratada honrou todos os compromissos contratados.

15 VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1 O prazo de execução do Contrato será de 15 (quinze) meses podendo ser prorrogado, apenas e somente só por meio tecnicamente justificável a ser avaliado pela equipe da CONTRATANTE, mediante acordo entre as partes, por meio de Termo Aditivo.

15.2 O prazo de vigência do Contrato será de 21 (vinte e um) meses, podendo ser prorrogado, apenas e somente só por meio tecnicamente justificável a ser avaliado pela equipe da CONTRATANTE, mediante acordo entre as partes, por meio de Termo Aditivo.

15.3 O prazo de execução e vigência inicia em até 10 (dez) dias corridos após a emissão da ordem de serviço.

16 RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO

16.1 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização do NEES após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.1.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.1.1.1 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última



e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.1.1.2 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.1.1.3 A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

16.1.2 No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.1.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.1.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.2 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

16.2.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.2.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.2.3 Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

16.3 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.



16.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Na inexecução total ou parcial do objeto deste projeto básico, a FUNDEPES pode, garantida a prévia defesa da contratada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar à contratada as seguintes sanções:

17.2 ADVERTÊNCIA - Sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

17.3 MULTA de:

- a)** 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b)** 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea “a”, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c)** 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d)** 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante no item 14.7;

17.4. SUSPENSÃO/IMPEDIMENTO TEMPORÁRIA - de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração (contratante), por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

17.5. IMPEDIMENTO DE LICITAR/CONTRATAR - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.



17.6. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do contratante, e impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.7. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	registrar e controlar as ocorrências por meio do diário de obra por dia;	01



6	cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
7	substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
8	fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência;	02
9	cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

17.8. A contratante aplicará as demais penalidades previstas nas leis 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

17.9. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, ser recebida tempestiva ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação;

17.10. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da contratante, na forma da lei.

17.11. As multas acima referidas e as que se seguem serão descontadas dos pagamentos devidos pela contratante, ou cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente entre si e com as demais sanções previstas neste tópico; **17.12.** O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



18. RECISÃO CONTRATUAL

18.1. A FUNDEPES poderá considerar rescindido o Contrato, de pleno direito, independentemente de notificação judicial, sem que assista à contratada o direito a qualquer indenização, nos casos e formas fixados na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

19 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

19.1 A nota de empenho deverá ser emitida previamente ou contemporaneamente à assinatura do contrato.

19.2 A origem dos recursos advém do convênio firmado entre o TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 10748/2021) e a conveniente Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa-FUNDEPES, onde a executante é a Universidade Federal de Alagoas-UFAL

19.3 O pagamento será efetuado por meio do por meio do TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 10748/2021).

20 DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Oportunamente, haverá a designação de gestor de contrato definido, e seu substituto como representantes da FUNDEPES na fiscalização da contratação.

20.2. Será necessária a designação de Fiscal Técnico, bem como seu respectivo substituto, para atuar como representantes da FUNDEPES realizando o acompanhamento da execução contratual quando aos aspectos técnicos e operacionais. Integram este PROJETO BÁSICO, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.2.1. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

20.2.2. ANEXO III –Modelo de Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal;

20.2.3. ANEXO IV- Modelo de Atestado de Vistoria;

20.2.4. ANEXO V – Modelo de Proposta;

20.2.5. ANEXO VI – Modelos de declaração de elaboração independente de proposta;

20.2.6. ANEXO VII – Declaração de Ciência das condições do Edital

20.2.7. ANEXO VIII - Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;



20.2.8. ANEXO IX – Declaração de que na empresa não possui participação de dirigentes, funcionários, servidores ou bolsistas da FUNDEPES, UFAL ou IFAL.

20.2.9. ANEXO X - Modelo de declaração de microempresa ou de empresa de pequeno porte.

20.2.10. ANEXO XI - Planilha de dados para pagamento e realização de outros atos necessários

20.2.11. ANEXO XII - Modelo de declaração de conhecimento das condições locais.

20.2.12. ANEXO XIII - Modelo de declaração de não admitir trabalho forçado ou degradante

20.2.13. ANEXO XIV - Modelo de acessibilidade

20.2.14. ANEXO XV - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços;

20.2.15. ANEXO XVI – Modelo de Composição do BDI;

20.2.16. ANEXO XVII – Modelo de Cronograma físico-financeiro;

20.2.17. ANEXO XVIII – Modelo de Quadro de Pessoal Técnico.

